

A FORÇA HUMANIZADORA DA LITERATURA

Giovana Cristina Zen *

Stella Rodrigues dos Santos **

RESUMO

O artigo pretende discutir as contribuições da literatura para a formação de alunos e professores. Esta reflexão é um desdobramento da pesquisa realizada no âmbito do mestrado em Educação e Contemporaneidade – UNEB, intitulada “*Confabulações na formação de professores: a experiência e o saber ético como saberes docentes*”, cujo principal objetivo era analisar os sentidos atribuídos por professoras em formação, às situações dilemáticas de natureza ética, presentes nas relações que se estabelecem no exercício docente. Para tanto, foi realizada uma pesquisa-ação, mediada por Fábulas, com dois grupos de concluintes do Curso Normal Superior, no decorrer do primeiro semestre letivo de 2006, em um Instituto Superior de Educação, na cidade do Salvador/Ba. Além da análise sobre os dilemas de natureza ética, o trabalho suscitou também uma reflexão sobre a forma como a literatura aparece na sala de aula. A negação do dilema moral como conteúdo tornou-se evidente e a discussão em torno da literatura como parte do legado cultural do qual todo ser humano nasce herdeiro se fez necessária. Deste modo, as professoras reconheceram que a participação em práticas sociais que envolvam sua leitura é fator indispensável de humanização porque faz viver, faz sentir e faz saber de si e do outro.

Palavras-chave: Literatura – Docência – Formação de Professores

ABSTRACT

THE HUMANIZING POWER OF LITERATURE

This paper discusses literature importance within students and teachers formation process. Reflections presented were firstly developed at the Education in the Contemporaneous World research program from the “Universidade do Estado da Bahia UNEB”, under the title “*Confabulações na formação de professores: a experiência e o saber ético como saberes docentes*”, in which the main target was to analyze the meanings given by teachers to ethical dilemmas present in the teaching activities. We realized an action-research based on fables, involving two groups of graduating teachers of the first semester 2006, at “Curso Normal Superior”

* Mestre em Educação e Contemporaneidade – UNEB. Supervisora Pedagógica do Colégio São Paulo – Salvador/BA, Brasil. Coordenadora do Centro de Estudos da Lua Nova – Salvador /BA, Brasil. Formadora de Coordenadores Pedagógicos do Projeto Chapada – ICEP/BA, Brasil. Endereço para correspondência: Colégio São Paulo, Rua Luiz Portela da Silva, 628, Itagira – 41815-290 Salvador/BA. E-mail: giovanazen@uol.com.br

** Doutora em Psicologia da Educação pela PUC-SP. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas Campus 1, Rua Silveira Martins, 2555, Cabula – 41.195.001 Salvador-BA, Brasil. E-mail: stelarodrigues@uol.com.br

(Pedagogical College) in Salvador, Bahia. Beyond the ethical analyses, the work also showed a reflection about how literature appears in the classroom. The deny of moral dilemmas as an educational issue was obvious, and the studies of literature, as part our common cultural heritage, reveals itself necessary. By the end of the research, teachers recognized that reading practices are indispensable for the humanization process, because it makes you more alive, it makes you feel more and it helps to know yourselves and the others.

Keywords: Literature – Teaching – Teachers formation

Navegar é preciso, viver não é preciso¹

*A gente está numa situação,
porque fazendo o que não sabe fazer.
A gente faz as coisas sem nem pensar
porque que tá fazendo, sem refletir sobre nada.
Se a gente faz uma coisa que não sabe fazer,
qualquer caminho que chegar é válido².*

O professor é um navegador e ser professor nos dias atuais exige a mesma coragem de quem enfrenta um mar revolto rumo a uma guerra. Entretanto, não é raro encontrar quem não saiba que rumo seguir. Os professores, em meio a tantas tormentas, estão à deriva em busca de algo que possa ajudá-los a atribuir algum sentido ao exercício docente.

Foi deste modo que encontrei duas turmas de concluintes do Curso Normal Superior de um Instituto Superior de Educação, localizado na cidade do Salvador/Ba. As alunas eram, na sua totalidade, profissionais que já atuavam nas Séries Iniciais da rede pública há alguns anos e que por força da Lei 9394/96 ingressaram na formação dita inicial, no âmbito do ensino superior.

Tive a oportunidade de ministrar para os dois grupos, no decorrer do primeiro semestre letivo de 2006, a disciplina *Estudos e Problemas da Educação Básica II* que se propõe a discutir os problemas da educação contemporânea. Nela, o professor tinha a liberdade e a autonomia para selecionar aspectos que considerasse importantes para a formação de professores e que estivessem relacionados a questões atuais. Como docente dessa disciplina, convidei as alunas a serem sujeitos da pesquisa³ que estava realizando como aluna do Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Para tal, reser-

vei um tempo da carga horária da referida disciplina para discutir os sentidos atribuídos por professoras em formação às situações dilemáticas de natureza ética, presentes nas relações que se estabelecem no exercício docente.

A Fábula foi o gênero textual escolhido como base de reflexão ética nos encontros em que a pesquisa de campo se configurou. Essa escolha justifica-se através de dois argumentos. O primeiro refere-se ao uso frequente desse gênero textual nos planejamentos de Língua Portuguesa das séries iniciais do Ensino Fundamental, com destaque para as Fábulas de Esopo e La Fontaine. O segundo argumento baseia-se na principal característica da Fábula, que consiste em transmitir determinados ensinamentos morais. Como afirma Lima Vaz (2002, p.54), o gênero Fábulas mostra-se, de fato,

¹ *Navigare necesse; vivere non est necesse* - latim, frase de Pompeu, general romano, 106-48 a.C., dita aos marinheiros, amedrontados com uma forte tempestade que se abateu sobre o mar, na hora de embarcar rumo à guerra. A expressão também foi utilizada por Fernando Pessoa para intitular um de seus poemas: *Navegar é preciso*.

² Depoimento de uma professora durante a realização da pesquisa.

³ “*Confabulações na formação de professores: a experiência e o saber ético como saberes docentes*”. Trabalho desenvolvido junto ao programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da Profa Dra Stella Rodrigues. Ano de conclusão: 2007.

como uma das expressões mais eficazes do saber ético e, como tal, aparece como expressão universal nas mais diversas tradições.

Essa opção pelas Fábulas, enquanto instrumento de pesquisa, provocou um desdobramento no meu trabalho para além da reflexão em torno dos dilemas de natureza ética que os professores enfrentam cotidianamente. A discussão sobre a forma como a literatura, em especial as fábulas, aparece na sala de aula se impôs. Os professores foram os primeiros a assumir que estavam à deriva, “fazendo o que não sabem fazer”, porque os argumentos utilizados para justificar o trabalho com a literatura baseavam-se apenas na prescrição de condutas ou no ensino escolarizado⁴ dos conteúdos de Língua Portuguesa.

Neste artigo defendo, a partir dos dados da pesquisa, que a literatura é parte do legado cultural do qual todo ser humano nasce herdeiro, e que a participação em práticas sociais que envolvam sua leitura ajuda a traduzir o que se sente, porque faz viver, faz sentir e faz saber de si e do outro. Espero que minhas reflexões possam ajudar professores de Educação Infantil e de Séries Iniciais, responsáveis por educar a infância, a tratar a literatura como uma prática social e histórica carregada de valores e crenças.

A negação do dilema moral

A primeira proposição que fiz aos grupos foi o debate em torno das razões pelas quais são utilizadas as Fábulas nos planejamentos. Os argumentos recaíram inicialmente sobre as questões comportamentais e disciplinares dos alunos. As Fábulas, segundo as professoras, eram utilizadas como instrumento de moralização, um pretexto para disciplinar os alunos. Destaco duas respostas que considero representativas:

- Eu utilizo as Fábulas em meu planejamento a fim de tentar corrigir algumas atitudes dos meus alunos, sem demonstrar a eles aborrecimentos, fazendo com que reflitam e percebam a negatividade de certas ações sejam com os coleguinhas ou pessoas que estão próximas deles.

- Utilizamos Fábulas no nosso planejamento, mas também outras modalidades textuais como música e quadrinhas. As Fábulas são textos que possibili-

tam despertar nas crianças valores e atitudes em relação ao outro. Os critérios para seleção dos textos são a observação e análise de situações do cotidiano, considerando questões em relação ao comportamento dos alunos.

Nessas justificativas, ficou evidente que a Fábula não é eleita como parte da herança cultural que o professor apresenta aos seus alunos para instigar a participação dos mesmos em uma prática sócio-cultural, de tempos remotos, na qual se pretendia transmitir determinados ensinamentos morais. Ela é utilizada apenas como meio de normatização, um jeito oportuno de “corrigir algumas atitudes dos alunos”.

A definição deste propósito para o trabalho com Fábulas me remete ao século XVIII, quando Rousseau proibiu o acesso a qualquer tipo de literatura até os 12 anos por considerá-la nociva para a formação do homem. O filósofo argumentava que as crianças não tinham condições de discernir entre o certo e o errado, entre a mentira e a fantasia, que a moral que se apresenta na Fábula está tão turvada e é tão desproporcional que as conduziria antes ao vício que à virtude.

Reduzir o trabalho com as Fábulas a prescrições de conduta é também uma forma de proibir o acesso das crianças a esse tipo de literatura, é subestimar a capacidade dos infantes de pensar a vida, de pensar o mundo. As professoras, assim como Rousseau, acreditavam que o afastamento dos males sociais se constitui em uma das premissas fundantes da atividade educativa. E se, mesmo assim, apesar da bondade natural do homem, a sociedade o corromper, é preciso então corrigir determinadas atitudes para que se possa domesticar a vontade humana.

Para estas professoras a Fábula não tem um fim em si mesma, é apenas um meio para se chegar a determinadas condutas. Funciona como uma espécie de guia, de manual que orienta e conduz a uma verdade. Desse modo, os fundamentos morais que lá se apresentam se constituem como prescrições de comportamento inquestionáveis.

⁴ Quando qualifico o ensino como escolarizado me refiro ao ensino que desconsidera as características sócio-culturais do objeto a ser ensinado. Para saber mais consultar LERNER, Delia Lerner. *Ler e escrever: o real, o possível e o necessário*. Porto Alegre, Artmed, 2002.

Em um segundo momento, solicitei a elaboração, em grupos, de um plano de aula cujo recurso central seria a Fábula *O leão e o rato*, um texto frequentemente utilizado nas práticas educativas, de acordo com o relato das próprias professoras. Um dos planejamentos elaborados foi o seguinte:

Habilidades

- Reconhecer rimas e estrofes
- Identificar os verbos
- Perceber o tempo verbal
- Justificar o uso da pontuação

Conteúdos

- Rima e estrofe
- Verbos
- Pontuação
- Leitura

Intervenções

Os alunos receberão a Fábula distribuídos em grupos de 4 e em seguida serão orientados a:

- Fazer uma leitura entre os componentes do grupo
 - Expor suas impressões
 - Identificar quantas estrofes há na Fábula
 - Identificar as rimas existentes na Fábula e circular
 - Identificar os verbos existentes na Fábula percebendo o tempo verbal
 - Escolher uma estrofe e reescrever no tempo passado e futuro
 - Realizar uma leitura pausada e reconhecer a pontuação existente.

Nesse planejamento, e em **todos** os outros, as professoras pareciam estar condicionadas a determinadas prescrições, como se houvesse uma matriz a ser aplicada a qualquer tipo de texto, independente de sua finalidade enquanto prática social. Uma técnica para trabalhar os diversos gêneros e assim ensinar os conteúdos determinados

pelos órgãos governamentais, como aqueles que não podem faltar na “bancada de trabalho do futuro trabalhador”, no dizer de Enguita (2004, p. 30).

As professoras não vislumbravam outra possibilidade para o trabalho com a Fábula *O leão e o rato* senão a prescrição de conduta e o ensino de conteúdos escolarizados da Língua Portuguesa. O trabalho com Fábulas precisava ter uma utilidade, ou seja, precisava de uma promessa de algo passível de quantificação. Em todos os grupos, em maior ou menor quantidade, a gramática, a ortografia, a pontuação e principalmente, a estrutura lingüística do texto, se configuravam como os legítimos conteúdos a serem trabalhados na Fábula.

Os planejamentos explicitaram a negação do dilema moral como conteúdo de formação e a Fábula passou, mais uma vez, a se configurar como um pretexto, um meio para se chegar a um fim que não coincide com a reflexão acerca do comportamento humano em sociedade. O sentido do trabalho com esse gênero literário, em um dos planejamentos, esteve, inclusive, limitado ao estudo das famílias silábicas como se pode identificar no seguinte planejamento:

Objetivos:

- Narrar acontecimentos e histórias deixando claro o que, quando e como aconteceu.
- Ler atribuindo sentido à leitura.
- Estudar a família silábica para formação de novas palavras.

Conteúdo: Fábula *O leão e o rato*

Intervenções:

- Propor roda de leitura
- Leitura em dupla.
- Narração da Fábula considerando a seqüência dos fatos.
- Selecionar a palavra RATO na Fábula para estudar a família silábica e construir novas palavras:

r	a	ra	t	a	ta
r	e	re	t	e	te
r	i	ri	t	i	ti
r	o	ro	t	o	to
r	u	ru	t	u	tu

Avaliação:

Observação do comportamento dos alunos diante da Fábula lida e analisando a oralidade de cada um.

Neste planejamento é possível identificar novamente a expectativa em torno das questões comportamentais. O que está sugerido para avaliar aquilo que as crianças podem aprender com as Fábulas é a mudança de comportamento a partir do texto trabalhado. Entretanto o que mais chama atenção é o uso da Fábula como pretexto para ensinar os conteúdos escolarizados de Língua Portuguesa.

Os objetivos elencados para trabalhar com a Fábula *O leão e o rato* poderiam estar em qualquer outro planejamento com qualquer outro texto. Isso ocorre porque objetivos e conteúdos são definidos com base em determinadas prescrições curriculares instituídas acriticamente nas práticas educativas. Esse encaminhamento pedagógico tem conseqüências porque, como afirma Lefort (1999):

... a leitura decai quando tratada como uma simples técnica; quando não se deixa mais reconhecer como um momento privilegiado no advento do Sujeito, de sua relação consigo e com os outros, na constituição de sua imagem e na apropriação de uma dimensão da Lei, em resumo, quando deixa de figurar como uma experiência simbólica. (p.221)

A Fábula não é um modo de pensar definido por regras gramaticais e ortográficas, ela existe a partir de práticas sociais reais entre sujeitos. O problema em fazer uso desse gênero apenas para ensinar os aspectos normativos da língua é que a criança perde a oportunidade de se posicionar como um leitor. Aprender o intento da Fábula pressupõe o acesso aos sentidos de cada texto com o qual se possa pensar por si próprio.

Eis a força do hábito se expressando conforme o exercício constante em torno de objetivos. Ao planejar suas aulas com base nas Fábulas as professoras traduzem o que foi tão enfático no percurso formativo: didatizar ao extremo os conteúdos com os quais elas deveriam trabalhar com seus alunos. As próprias professoras reconheceram isto à medida em que percebiam as lacunas em sua formação:

Nós tivemos várias disciplinas, inclusive de Didática da Alfabetização e Didática da Língua Por-

tuguesa e em nenhum momento se trouxe uma proposta diferenciada para o que a gente já faz na sala de aula. Então o que vem de contribuição é muito pouco para que seja pensado na formação de professores nessa perspectiva. O resultado é isso na nossa prática agora. Agora é a gente que está aí tentando mudar o resultado de reduzir a nossa formação à didática, mas agora o resultado já está aí.

Totalmente descolada de seu tempo e seu espaço, a Fábula assume nas práticas educativas dos professores um caráter atemporal e passa a ter pretensões de universalidade. Entretanto, recorro a Larossa (2003), que, ao fazer referência a textos como os Guias Espirituais, as Meditações, as Epístolas e as Confissões, afirma que:

Lo característico de ese tipo de textos es que, a pesar de ser humildes en su pretensión cognoscitiva, a pesar de no pretender universalidad en sus enunciados, a pesar de ser voluntariamente fragmentarios, no pierden de vista la situación de transformación de las vidas concretas de la gente. Ese tipo de literatura no pretende decir la verdad de lo que son las cosas, sino que pretende vehicular un sentido para lo que nos pasa. (p. 37)

Assim como os textos citados por Larossa, a Fábula também não tem pretensões de universalidades em seus enunciados, nem de dizer a verdade do que são as coisas. Apesar de despreziosas, as Fábulas objetivam a veiculação de um sentido para o que nos passa e, por isso, se constituem como um instrumento fabuloso de reflexão ética.

A Fábula enquanto Manifestação Sócio-Cultural

Enquanto pesquisadora, que elegeu a pesquisa-ação⁵ como opção metodológica, decidi apresentar as características históricas e culturais desse gênero textual para as professoras. A partir de uma provocação inicial, percebi que as informações que possuíam sobre a Fábula eram muito incipientes, algumas já tinham ouvido falar

⁵ Segundo Thiollent (2004, p.14), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

em Esopo, outras em La Fontaine, no entanto, o que sabiam era insuficiente para situar esse gênero textual na história.

Antes de apresentar aspectos sócio-históricos que caracterizam a Fábula, considere pertinente discutir a definição de gênero textual. Minha intenção era que as professoras percebessem que, além de peculiaridades lingüísticas, a Fábula, enquanto gênero textual, caracteriza-se muito mais por suas funções comunicativas. Apoiada em Luiz Antônio Marcuschi (2005) situei os gêneros textuais como artefatos culturais construídos historicamente pelo homem para agir sobre o mundo e dizer o mundo.

Na perspectiva do autor, convidei o grupo a pensar acerca das intenções comunicativas desse gênero, sobre o que pretende a Fábula dizer do mundo. As professoras afirmaram que a transmissão da lição de moral é a principal característica da Fábula e reafirmaram a utilidade disciplinadora desse gênero, como se pode notar no depoimento abaixo:

Principalmente quando a gente tem algum aluno com alguma dificuldade na ética, na forma de comportar dele, a gente sempre traz um trabalho (com Fábulas) onde possa tá trabalhando aquele comportamento daquele aluno.

Para tencionar essa crença, apresentei as principais características da Fábula e ressaltai o seu intento em retratar a ordem social vigente e questionar vícios, desigualdades e problemas sociais em geral. A principal função comunicativa da Fábula é provocar o leitor a refletir sobre os dilemas que enfrentam os homens em sociedade e as posições que assumem diante de determinadas situações.

A Fábula é um instrumento fecundo de reflexão ética. Inspirada em Antonio Candido de Mello e Souza (2004, p. 137), parto do pressuposto de que a literatura é uma “manifestação universal de todos os homens em todos os tempos” e que por isso “não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação”.

A Fábula é um gênero literário muito antigo. Há suposições de que esse tipo de texto teve sua origem no século XVIII a.C., na Suméria. No entanto, foi na Grécia Antiga (Séc. V a.C.), através de Esopo, que a Fábula reinventou-se no Ocidente. No século XVII, coube ao escritor francês Jean

de La Fontaine (1621/1692) o mérito de revitalizar as Fábulas, dando-lhes um sentido humorístico refinado, expresso em belas imagens poéticas. La Fontaine introduziu a Fábula definitivamente na literatura ocidental, aprimorando sua forma e consagrando o gênero como uma das espécies literárias mais resistentes ao desgaste dos tempos.

A Fábula, tanto em Esopo como em La Fontaine, foi escrita originalmente para os adultos e apenas no século XVIII foi considerada literatura infantil por excelência, recomendada para a edificação moral das crianças. Atualmente, as Fábulas se consagram como um gênero textual altamente difundido entre os infantes, principalmente nas instituições escolares.

Em síntese, estes foram os principais aspectos sócio-históricos da Fábula apresentados às professoras. Entretanto, desconfiei que estas informações não seriam suficientes para desnaturalizar práticas educativas tão cristalizadas. Tinha clareza de que era preciso algo mais para ajudar as professoras a compreender a Fábula como uma forma de manifestação sócio-cultural.

As sessões de leitura

A Fábula, como qualquer outro gênero textual, é uma prática social profundamente vinculada à vida cultural e social e as professoras tinham o direito, mesmo que no último semestre do seu curso de graduação, de compreender a literatura como um exercício que favorece o envolvimento pessoal de seus participantes, que exige uma atenta observância a princípios éticos, uma vez que coloca em jogo crenças e valores firmemente estabelecidos em importantes setores da vida das pessoas.

Posto assim, organizei uma sessão de leitura de Fábulas. Orientei as professoras a simplesmente ler o texto, a se colocarem diante da Fábula “apenas” como leitoras, sem pensar nos alunos e nos planejamentos. Sugeri ainda que desconfiassem do que estava escrito e que se colocassem no lugar dos dois personagens para identificar o conflito humano retratado e a posição assumida por cada um deles. As Fábulas selecionadas para essa atividade foram as indicadas pelas próprias professoras como as mais frequentes em seus planejamen-

tos, a saber: *A cigarra e a formiga*, *A lebre e a tartaruga* e *A raposa e a cegonha*

As sessões de leitura se constituíram numa experiência ímpar: um momento no qual as professoras tiveram a oportunidade de posicionar-se frente às situações dilemáticas apresentadas na Fábula. Com isto, não apenas analisaram o texto, mas, principalmente, traduziram o que sentiam e refletiram sobre sua própria conduta em sociedade. Elas refletiam alto, intercambiavam suas indagações e transformaram a sala de aula num espaço de idéias compartilhadas:

Será que nós, como seres humanos, estamos sendo solidários ao outro? Ou estamos cada vez mais nos preocupando com a gente mesmo?

O trabalho da cigarra é cantar, cada um que faça o seu trabalho. Se a outra vai carregar folhinha, o que que eu posso fazer?

Por que sempre tem que prevalecer o seu ponto de vista?

Quem aqui nunca sentiu inveja de uma amiga? Quem nunca quis ter a vida de sua amiga?

Nesse momento, creio ter transformado a sala de aula em um espaço público no qual as professoras tiveram a oportunidade de confrontar com seus pares posições subjetivas, de natureza ética. Esse confronto de opiniões promoveu o encontro de cada uma com seus valores e crenças, porque a produção literária, segundo Antônio Cândido de Mello e Souza (2004, p. 141), “tira as palavras do nada e as dispõe como um todo articulado”. A íntima relação entre o texto e a própria subjetividade fomentou reflexões sobre a forma de ver e sentir o mundo.

Através das sessões de leitura de Fábulas, as professoras perceberam que não eram as únicas a sentir e a ser de um determinado modo, se identificaram com as personagens e explicitaram um saber ético que baliza as diversas relações sociais:

E eu que gosto de farra adorei a cigarra! Se eu arranjasse uma formiga pra me sustentar eu ia viver uma cigarra.

Eu mesma olho minha colega e queria ser seca como ela. Pronto é isso mesmo, eu queria e pronto.

Nem tanto cigarra, nem tanto formiga, um meio termo. Trabalhar e se divertir também, ter tempo pra tudo, ter lugar e ter espaço pras duas coisas.

É mesmo. Tem situações que a gente procura fazer o bem, por exemplo, NOTA, eu quero que meu amigo tire uma nota boa, mas de repente você tem uma oportunidade de ajudar o seu amigo pra ele tomar uma nota mais alta que a sua. Ai vem, trava, por mais que a gente ache que não, mas trava. A gente coloca na balança, justamente, então...

Ao contrário das prescrições disciplinares e curriculares que propuseram em seus planejamentos, as professoras experienciaram uma prática com fecundas potencialidades para fazer emergir posições subjetivas frente a dilemas de ordem ético/moral. Elas tiveram a oportunidade de falar e ouvir o que sentiam e o que pensavam. Para muitas, aquele momento se constituiu numa experiência nunca antes vivenciada. A Fábula foi muito mais do que um simples conteúdo de Língua Portuguesa a ser ensinado, mas um meio para se pensar as situações dilemáticas, de natureza ética, que enfrentamos cotidianamente. A leitura teve um papel extremamente formativo e, como explica Larossa (2003):

Pensar la lectura como formación implica pensarla como una actividad que tiene que ver con la subjetividad Del lector: no solo con lo que el lector sabe sino con lo que es. Se trata de pensar la lectura como algo que nos forma (o nos de-forma o nos transforma), como algo que nos constituye o nos pone en cuestión en aquello que somos. La lectura, por tanto, no es solo un pasatiempo, un mecanismo de evasión del mundo real y del yo real. Y no se reduce tampoco a un medio para adquirir conocimientos. (p.26)

As sessões de leitura de Fábula também não foram apenas um passatempo, mas uma oportunidade de pôr em questão os valores, as crenças e a própria subjetividade. Em meio à discussão dos dilemas morais, apresentados nas Fábulas, as professoras debateram e negociaram posições. A riqueza do confronto esteve exatamente aí, na singularidade de cada posição assumida e na diversidade de seu coletivo.

A força humanizadora da literatura

As Fábulas deram forma às emoções e ajudaram a traduzir a subjetividade de quem vivenciou aquela experiência. O propósito da leitura, naquele momento, estava em buscar um espelhamento de

quem somos, para compreender e redefinir o sentido de nossas vivências. Assim, posso afirmar que as fábulas cumpriram sua função humanizadora à medida que se constituíram como um instrumento de reflexão ética.

Afirmo isto apoiada nas contribuições de Antonio Candido de Mello e Souza (2004) ao afirmar que a literatura é fator indispensável de humanização. O autor entende por humanização:

... o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (p.144)

O autor defende ainda que a literatura deve estar ao alcance de todos como um direito humano e apresenta argumentos para justificar sua posição. Em primeiro lugar porque

... a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição de direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. (SOUZA, 2004, p. 151 -152)

As sessões de leitura de Fábulas oportunizaram às professoras, mesmo que ainda por um período muito curto, a possibilidade de experimentar, em seu processo de formação profissional, os sabores da vida e da docência. Em uma das turmas, ao final da sessão de leitura de Fábulas, uma das alunas me disse o seguinte: “É! Hoje você conseguiu seu objetivo. Era isso mesmo que você queria, não é? Deixar a gente assim, desse jeito, né? Valeu, valeu”.

Desse modo, em meio à deriva, foi possível identificar uma direção para navegadores sem rumo,

mesmo com o risco de uma trajetória de navegação nem sempre tranquila. Uma coisa é certa, não há mais tempo, não podemos nem devemos mais esperar que o mar revoltoso se acalme. É preciso navegar e assumir o risco das intempéries da desconhecida meteorologia da vida em sociedade. Cientes disto, as professoras concluíram:

A partir do momento que tem um toque, nessa hora que a gente tiver planejando o trabalho com Fábulas a gente vai lembrar disso. Não só com Fábulas, mas com tudo.

Se é exigido das professoras o dever de educar, é direito de todas as professoras acessarem os meios para responder àquilo que lhes é exigido como dever. Elas sabem que não é “qualquer caminho” que possibilita o alcance da tarefa de educar e clamam por “um toque” que oriente as práticas educativas, não apenas com Fábulas, mas para as demais tarefas da docência.

Isto mostra que o professor está, de fato, em uma situação de deriva. Mesmo que ele tenha clareza dos fins de seu exercício profissional, está resignado e rendido aos efeitos das marés. Remar contra essa maré é tarefa árdua, porém, entre o grupo de professoras, sujeitos dessa pesquisa, encontrei disposição para tal desafio:

Os professores acham que só aprendeu a ler e a escrever e daí acabou. Infelizmente, acho que não acabou não. A gente faz as coisas sem nem pensar porque que ta fazendo, sem refletir sobre nada. A maioria dos professores tem essa prática de maneira a não refletir, de maneira mecanizada. Agora é a gente que vai ter que buscar, começar de novo.

Talvez não seja preciso começar tudo de novo. Os professores precisam apenas ter a oportunidade de reconhecer, em seu processo formativo, que o trabalho com a literatura não “acaba” com o aprender a ler e a escrever. Se as instituições formadoras assegurarem aos professores o direito de experienciar a força humanizadora da literatura, já estarão contribuindo de forma significativa, para suscitar uma reflexão acerca dos sentidos atribuídos à finalidade do educar.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993b. p.197-221. (Obras escolhidas, v.1)
- CARVALHO, José Sérgio (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ENGUITA, Mariano Fernández. **Educar em tempos incertos**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ESOPO. **Fábulas**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- LA TAILLE, Yves de. Formação ética: direitos, deveres e virtudes. **Pátio**: revista pedagógica, Porto Alegre: Artmed, ano 4, n. 13, p.06-10, maio/jul. 2000.
- LA FONTAINE. **Fábulas**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- LAROSSA, Jorge. Algunas notas sobre la experiencia y sus lenguajes. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.) **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: UNESP, 2004. p.19-34.
- _____. **La experiencia de la lectura**: estudios sobre literatura y formación. Barcelona: Fondo de Cultura, 2003.
- LEFORT, Claude. Formação e autoridade: a educação humanista. In: _____. **Desafios da escrita política**. Tradução de Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- LERNER, Delia. **Ler e escrever**: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LIMA VAZ, Henrique C. de. **Escritos de filosofia IV**: introdução à ética filosófica. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs). **Gêneros textuais & ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.19-36.
- MARQUES, José Oscar de Almeida. Rousseau e os perigos da leitura, ou por que Emilio não deve ler as fábulas. **Itinerários**: revista de literatura, Araraquara: UNESP, n. 22, p.205-216, 2004.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SOUZA, Antônio Cândido Mello e. O direito à literatura. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.130-158.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro; ARAÚJO, José Carlos Souza; KAPUZINIÁK, Célia. **Docência: uma construção ético-profissional**. Campinas: Papyrus, 2005.
- ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

*Recebido em 30.09.08
Aprovado em 18.10.08*